



Resolução do Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 30 de junho 2022

Urgente reposição dos salários e rendimentos dos trabalhadores em Portugal

À crise de saúde causada pela pandemia da COVID-19 SARS-Cov2 seguiu-se uma crise galopante da inflação, atingindo os 8,7% em Portugal, agravada agora pela invasão da Ucrânia pela Rússia causando uma escalada de incerteza quer na paz no mundo quer no acesso a matérias primas, nomeadamente no preço dos combustíveis e produtos agroalimentares.

Com todas estas circunstâncias os trabalhadores sofreram e estão a sofrer um grave corte nos rendimentos e por via disso nos seus salários reais. Vêem diminuído drasticamente o seu poder de compra e diminuída a sua possibilidade de enfrentar despesas correntes como o acesso aos bens de primeira necessidade, água, electricidade, gás, combustíveis e bens alimentares a par do processo progressivo de alterações climáticas nomeadamente a seca. A tudo isto acresce a decisão da subida de juros para os empréstimos à habitação.

Sabendo-se que Portugal é um país agarrado ao paradigma de uma economia fundada num modelo de baixos salários e que os desequilíbrios salariais com a média dos salários da União Europeia há muito estão diagnosticados, é urgente que os Parceiros Sociais, o Governo incluído, coloquem esta problemática no centro da discussão e do debate político e social nacional.

O Governo é um parceiro fundamental para o incremento de uma estratégia de elevar os salários e os rendimentos dos trabalhadores portugueses, recuperando os ganhos de produtividade que se obtiveram nas últimas décadas e que não foi acompanhada ao mesmo ritmo pela subida dos salários e rendimentos dos trabalhadores e por isso não se pode deixar de saudar o empenho pela galvanização deste processo negocial.

Assim, a UGT considera extremamente positivo que esta seja uma discussão que, antes de mais, esteja a ser realizada desde 2019 com os actores económicos e sociais, nomeadamente com a discussão com vista a um acordo sobre *“Melhoria de ...salários, rendimentos e competitividade...”*, e que só agora iniciou a sua fase de discussão técnica em sede de Concertação Social.

Este deverá ser um acordo que defendemos desde a primeira hora, uma vez que é para todos óbvio que os salários têm crescido bem abaixo da produtividade, colocando a nú a desigualdade profunda na distribuição da riqueza no nosso País e que vem agravando o fosso entre os rendimentos dos portugueses.

A UGT rejeita que se tente esconder este problema estrutural com a situação dos últimos anos com a atual situação, que esperemos seja conjuntural, com a galopante inflação, quando vivemos durante décadas com acumulação e concentração de riqueza que pouco beneficiou os trabalhadores.

Como o Governo evidenciou, a produtividade cresceu em 20 anos, de 1999 a 2019, 17%, enquanto os salários reais apenas cresceram uns poucos 3%!

Sempre afirmámos e nos empenhámos para demonstrar a nossa disponibilidade para uma discussão séria sobre esta matéria.

Uma discussão em que não podemos esquecer o passado e nem sequer o presente, pelo que devemos estabelecer metas ambiciosas que permitam, de forma mais ou menos gradual, garantir que os trabalhadores tenham melhorias sensíveis das suas condições de trabalho e do seu nível de vida nos próximos anos com a devida estabilidade e previsibilidade.

A UGT empenhar-se-á em garantir aumentos reais dos salários e estabelecer essas metas de forma clara, mas com o realismo com que sempre caracterizou a sua actuação, olhando para a realidade económica e financeira de Portugal e, também, na perspectiva da sua competitividade junto dos seus parceiros económicos numa economia mundial cada vez mais globalizada.

O quadro inflacionista que vivemos e que está “absorver drasticamente” os aumentos salariais, incluindo o do Salário Mínimo, tem de começar a inverter-se urgentemente. Urgem por isso medidas imediatas que reforcem rendimentos e criem liquidez para as famílias, impõe-se um segundo semestre de 2022 e que continuamente em 2023 seja um ano de intensa recuperação dos salários e dos rendimentos pelo que nem Governo nem Empregadores se podem alhear dessa responsabilidade.

Urgem respostas e metas que sejam verdadeiros horizontes de expectativa e esperança para os trabalhadores e pensionistas, confrontados que estão não apenas com o aumento do custo de vida e a perda de poder de compra, mas igualmente com a expectável subida dos custos com habitação.

Além do estabelecimento de metas para o aumento real de salários e pensões, metas para a redução da insustentável carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, respostas para o problema dos juros bancários e do aumento das rendas, respostas para enfrentar o aumento especulativo de preços e travar a inflação, pode e deve o Governo dar um sinal através dos aumentos propostos para os trabalhadores da sua esfera de competências e aliviar desde já a carga fiscal directa ou indirecta.

Poderemos sempre discutir o peso dos rendimentos do trabalho no PIB ou estabelecer objectivos de crescimento do salário médio – que sabemos estar cada vez mais próximo do salário mínimo, o que é inaceitável –, mas esses são indicadores variáveis, que oscilam com a economia e com o peso do emprego e que podem concretizar-se sem grande empenho, como ainda se verificou nos momentos mais recentes.

Mas os trabalhadores esperam mais. Mas os trabalhadores exigem mais!

A UGT está preparada para estabelecer responsabilmente um acordo tripartido que possa conduzir a uma real mudança de paradigma, que corrija paulatinamente as injustiças do passado e que responda desde já às dificuldades urgentes que visivelmente se agravam dia-a-dia para milhões de trabalhadores portugueses.

Assim, a UGT não aceitará que não se corrija, sustentavelmente, a trajectória do Salário Mínimo para os próximos anos (onde estão já os 6% de aumento face à actual inflação) e que não se dinamize a negociação e contratação colectivas para um urgente reposicionamento dos salários reais a níveis aceitáveis e da urgente recuperação do poder de compra.

A UGT, também, não aceitará que se queira repensar a fórmula de actualização das pensões ao sabor de modas ou interesses meramente economicistas e conjunturais e questionamos mesmo onde andavam e andaram os actuais arautos de mudança quando a UGT afirmava insistentemente a necessidade de rever uma fórmula de actualização que levou anos a fio ao congelamento de pensões e que só agora bradam pela ineficácia da fórmula por actualizar as pensões de acordo com a inflação?

Para a UGT, e reiterando toda a disponibilidade e empenho para um acordo que acreditamos poder e dever ser fundamental para os trabalhadores e para o País, o objectivo será sempre claro:

- Dialogar e lutar pela **melhoria das condições** de vida, quer **de trabalho** quer social, dos trabalhadores e pensionistas.
- O acordo que vier a ser negociado tripartidamente deve garantir **mais e melhores rendimentos e salários** para os trabalhadores e suas famílias.

O Secretariado Nacional reitera a disponibilidade da UGT para se estabelecer um Acordo Tripartido de médio prazo em sede de Comissão Permanente de Concertação Social. Contudo, espera sinais claros, no curto prazo, de aumentos salariais para os trabalhadores das Administrações Públicas e SEE por parte do Governo e a disponibilidade por parte dos Empregadores para, por via negocial, se proceder a uma real recuperação dos rendimentos e salários drasticamente perdidos pelas nefastas consequências da conjuntura económica que Portugal e o mundo atravessam.

Lisboa, 30 de junho de 2022

Aprovado por unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT